



Universidade de Brasília
Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde – PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E
INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

Olhares cruzados: o que os pais e professores pensam sobre suas atuações no processo de inclusão de um aluno com deficiência visual na Escola Padre Damião.

ELVIRA DOS SANTOS VASCONCELOS

ORIENTADOR (A): MERCEDES VILLA CUPOLILLO

CRUZEIRO DO SUL

2015



Universidade de Brasília
Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde – PGPDS

Olhares cruzados: o que os pais e professores pensam sobre suas atuações no processo de inclusão de um aluno com deficiência visual na Escola Padre Damião.

ELVIRA DOS SANTOS VASCONCELOS

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador(a): Mercedes Villa Cupolillo

CRUZEIRO DO SUL

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

ELVIRA DOS SANTOS VASCONCELOS

Olhares cruzados: o que os pais e professores pensam sobre suas atuações no processo de inclusão de um aluno com deficiência visual na Escola Padre Damião.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

MERCEDES VILLA CUPOLILLO

SANDRA VOLPI

ELVIRA DOS SANTOS VASCONCELOS

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em especial aos meus pais Eli Vasconcelos e Iraci dos Santos, por serem espelhos em minha vida. Ao meu esposo Francisco José pelo apoio, paciência e incentivo ao longo desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida. Aos meus pais Eli Vasconcelos de Sousa e Iraci dos Santos, pelo amor incondicional. A minha tia Maria Zélia, pelo apoio e atenção. Ao meu esposo Francisco José pelo amor e paciência. A minha colega, Gleiciane Mello pela companhia, amizade na realização deste. A escola Padre Damião por disponibilizar informações para a realização desta pesquisa. A minha tutora e orientadora Mercedes Cupolillo, pela dedicação e comprometimento para a realização deste trabalho: obrigada por tudo.

“O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

Guimarães Rosa

RESUMO

A educação inclusiva vem passando por grandes mudanças no que concerne ao direito de atendimento educacional especializado nas escolas de ensino regular. Apesar dos avanços consideramos que ainda há um longo caminho a ser percorrido em direção à conquista de uma escola inclusiva. Um dos entraves apontados por vários teóricos e estudiosos da educação inclusiva é a possibilidade de um trabalho conjunto entre escola e pais de alunos com necessidade educacional especial. A literatura sobre o tema é vasta. No entanto, pouco específica no que se refere às ações e concepções sobre eles próprios enquanto agentes da inclusão. É nessa perspectiva que o presente trabalho teve como objetivo conhecer o que os pais e professores pensam sobre suas atuações no processo de inclusão de um aluno com deficiência visual na escola. Desenvolvemos uma pesquisa de cunho qualitativo, por meio de observação, diário de campo e entrevista, que permitiram uma melhor compreensão e explicitação do objeto de estudo. As investigações foram realizadas a partir de dois eixos: a concepção do professor de AEE sobre a sua atuação e da família no processo de inclusão do aluno com deficiência visual e a concepção da família do aluno sobre a atuação do professor de AEE e deles próprios no processo de inclusão de seu filho. Poder ouvir do pai que a escola, na figura da professora de AEE é uma das responsáveis pelo desenvolvimento de seu filho, deficiente visual e, em contrapartida, ouvir do professor de AEE que sem a família não teria conseguido alcançar e realizar seu trabalho nos fez refletir sobre o reconhecimento de ambos enquanto parceiros reais desse processo. Os dados construídos no campo são coerentes com a literatura sobre a importância da consciência de pais e professores na educação inclusiva. Apesar das conquistas no âmbito da educação inclusiva, precisamos estar atentos ao fato de que não deve ser vista como uma responsabilidade apenas da escola, mas da família, pois, a ausência de boas relações reflete no desenvolvimento do aluno, comprometendo assim, todo o processo de aprendizagem.

PALAVRAS - CHAVE: Deficiência Visual, Família, Escola, Inclusão Escolar.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. REVISÃO DA LITERATURA	11
2.1 Discutindo a Educação Inclusiva	11
2.2 A legislação	14
2.3 Atendimento Educacional Especializado – AEE.....	19
2.4 A importância da família no processo de inclusão educacional do aluno com deficiência visual.....	21
3. OBJETIVO GERAL	22
3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	22
4. METODOLOGIA.....	22
4.1 CONTEXTO DA PESQUISA	24
4.2 DIÁRIO DE CAMPO	24
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	25
5.1 Seguindo os passos em busca da compreensão da concepção de pais e professores sobre a inclusão do aluno deficiente visual.....	25
5.2 Diálogo entre a família e a escola.....	26
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31
8. ANEXOS.....	33

1. INTRODUÇÃO

Sou Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre e, como professora da rede estadual do município de Cruzeiro do Sul, leciono para uma turma do 3º ano do ensino fundamental. O presente estudo surgiu a partir de minhas indagações sobre o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência visual, pois tive a oportunidade de fazer uma pesquisa para o meu Trabalho de Conclusão do Curso para a obtenção da licenciatura e, a partir daí surgiram vários questionamentos sobre o atendimento realizado com os alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular.

A educação inclusiva vem passando por grandes mudanças no que concerne o direito de atendimento educacional especializado nas escolas de ensino regular. Para que esse tipo de atendimento se efetive de forma eficiente, é necessário haver transformação na concepção de ensino e aprendizagem, e ainda haver mudança de postura da sociedade na forma de ver essas pessoas com necessidades educacionais especiais.

É possível afirmar que já nas sociedades primitivas as pessoas denominadas anormais não tinham espaço na sociedade e eram abandonadas. Sobre isso, Costa, nos acrescenta que:

[...] fazendo uma panorâmica pela história da raça humana, podemos dizer já nas sociedades primitivas não havia lugar para aqueles que não tivessem condições de colaborar com a sobrevivência do grupo ou participar das atividades produtivas (COSTA, 2009, p. 142).

No Brasil, em se tratando do atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais, é possível dizer que somente a partir do século XIX, é que o atendimento educacional voltado a essas pessoas começa a se efetivar.

Para a fundamentação da pesquisa, serão utilizados alguns autores, dentre eles, LUDKE E ANDRÉ (1986), GODOY (1995), MARQUES (2001), MENDES (2002), CARVALHO (2004), LAKATOS (2006), PRIETO (2006), SALGADO (2006), COSTA (2009), COSTA (2010), LUDKE E ANDRÉ (2012), HOLLERWEGER; SANTA CATARINA (2014).

Esperamos que essa reflexão se amplie e abra caminhos para o intercâmbio de idéias, contribuindo para sensibilizar a sociedade em relação às pessoas com necessidades especiais, respeitando sua situação multicultural, promovendo o estudo científico de sua problemática, estimulando a proposição de novos projetos e ações educativas bem como o desenvolvimento de novas tecnologias que venham efetivamente atender estas necessidades, em uma visão de divulgação do conhecimento produzido na academia bem como a difusão democrática dos resultados alcançados.

Cabe ressaltar que para existir de fato o processo de inclusão, é necessário bem mais que escolas que atendam a esse tipo de clientela, é fundamental que os professores envolvidos no processo sejam capacitados para inserir os alunos com NEE no âmbito social, além de garantir o seu pleno desenvolvimento.

Dessa forma, o professor é o maior responsável pela inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e, para isso, faz – se necessário conhecer qual a visão dos professores de atendimento educacional especializado sobre a temática.

A partir da idade média as pessoas denominadas anormais passaram a receber cuidados, estas pessoas que estavam fora do padrão de normalidade eram vistas como um transtorno para a sociedade por não terem condições de participar das atividades desenvolvidas pela comunidade. De acordo com Costa (2009), na idade média, começa a haver uma mudança na relação da deficiência física com o pecado [...] para os que destoavam do padrão de normalidade, a compaixão, recolhidos em igrejas, asilos, hospícios e conventos.

É importante salientar que o processo de inclusão é sem dúvida um dos elementos fundamentais para a melhoria da qualidade de ensino e de valorização das pessoas deficientes como sujeitos de direito. Contudo, entendemos que a inclusão é um processo de inovação, pois, é necessário criar maneiras diferentes para ensinar o aluno de acordo com sua necessidade.

O trabalho está organizado de tal forma:

Um capítulo em que é apresentada breve revisão de literatura sobre a educação inclusiva, com especificações sobre as leis que dão subsídios à escola inclusiva; o

atendimento educacional especializado e, por fim, a participação da família no processo de inclusão.

Na metodologia são abordadas as especificações sobre o campo de pesquisa, materiais e métodos utilizados na construção dos dados: entrevista com a professora e a família.

O capítulo de resultados e discussão apresenta as concepções da professora de AEE sobre o seu próprio trabalho e da família no processo de inclusão de uma criança cega. Também são apresentadas as concepções da família da criança sobre a sua participação e da professora de AEE na inclusão da criança.

Através do presente estudo foi possível ampliar meus conhecimentos em relação à temática trabalhada, sendo importante enfatizar que a educação inclusiva surgiu para oferecer de forma igualitária uma educação de qualidade e significativa para todos, ressaltando a necessidade de formar professores comprometidos com o processo de inclusão para a eficácia desta modalidade de ensino.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Discutindo a Educação Inclusiva

A inclusão se refere a um processo educacional que visa estender ao máximo a capacidade da criança com necessidades especiais na escola e na classe regular. Envolve o fornecimento de um suporte de serviços da área de Educação Especial através de seus profissionais e de um processo constante que precisa continuamente ser revisto.

O conceito de Educação Inclusiva abrange não somente a práxis educativa e de sala de aula, mas também o envolvimento de toda a comunidade escolar de forma a possibilitar o atendimento de estudantes com necessidades especiais, propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns e aos professores destas classes um suporte técnico, perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes, incentivar os professores ao desenvolvimento de formas criativas de atuação, proporcionando um atendimento integrado.

A principal característica quando falamos de inclusão é, sem dúvida, a abertura da sociedade a todas as pessoas, não somente aquelas com necessidades educacionais especiais. O processo deve ser aplicado em todo o sistema social. Assim, existe a inclusão no lazer, no transporte e assim por diante (COSTA, 2010, p. 82).

O movimento denominado de Inclusão vem influenciando a formulação e implementação de políticas públicas que faça valer os princípios dos direitos humanos. Nesse sentido CARVALHO (2004, p. 99) afirma que:

a proposta da educação inclusiva precisa ser, definitivamente, entendida como um dever a ser assumido e concretizado pelo Estado, contando com a parceria da sociedade, tanto no planejamento das ações quanto na administração de sua implantação e implementação.

Contudo, é de suma importância que a sociedade compreenda o significado de incluir as crianças com NEE, pois, para haver mudanças no que concerne o atendimento educacional especializado, a escola deve oportunizar debates sobre inclusão à comunidade para melhor compreensão sobre a mesma.

As mudanças a ser implantadas devem ser assumidas como parte da responsabilidade tanto da sociedade civil quanto dos representantes do poder público, pois se, por um lado, garantir educação de qualidade para todos implica somar atuações de várias instâncias, setores e agentes sociais, por outro, seus resultados poderão ser desfrutados por todos, já que a educação escolar pode propiciar meios que possibilitem transformações na busca da melhoria da qualidade de vida da população (PRIETO, 2006, p. 69).

No contexto de educação, o termo inclusão admite, atualmente, significados diversos. Para quem não deseja mudança ele equivale ao que já existe. Para aqueles que desejam mais, ele significa uma reorganização fundamental do sistema educacional. Enfim, sob a bandeira da inclusão estão práticas e pressupostos bastante distintos, o que garante um consenso apenas aparente e acomoda diferentes posições que, na prática, são extremamente divergentes. (MENDES, 2002, p. 70 apud PRIETO, 2006, p. 44).

Devemos sempre lembrar que a educação inclusiva é uma modalidade que perpassa todos os níveis de ensino, desde a educação básica à superior. A mesma

estabelece paradigmas educacionais, amparado na concepção dos direitos humanos, defendendo a igualdade e qualidade de ensino para todos. Ao longo dos anos, aconteceu um avanço significativo no processo educacional, principalmente no que tange a educação especial, porém há muito ainda a fazer. Os profissionais da área estão se empenhando a cada dia mais na busca por informações, realizando estudos e pesquisas com o objetivo de aprimorar seus conhecimentos.

A proposta da educação inclusiva defende o direito de todos à educação, sendo que a inclusão de alunos com deficiência traz a tona a discussão sobre as práticas educacionais desenvolvidas tanto na classe comum como no atendimento educacional e mostra que somente uma articulação entre estes trará as condições necessárias para a aprendizagem destes educandos.

A construção de uma escola inclusiva acontece com base em uma pedagogia diferenciada, onde todos são atendidos, independente de suas necessidades educacionais especiais, tendo em vista que vivemos em um país de diversidades.

A palavra “diversidade” tem sido usada com múltiplos significados, fator de enriquecimento das relações humanas: na área social, física, emocional, ambiental, mas, sobretudo cultural. Considerando sua extensão e complexidade conceitual, destaca - se que esse trabalho educacional dentro da diversidade trabalha com a complexidade conceitual, ou seja, é tratada com variedades e convivência de idéias diferentes.

Nesse sentido, é necessário que o docente faça uma análise sobre suas metodologias para que sua prática de ensino esteja relacionada à realidade dos alunos com NEE. Prieto (2006) elucida que uma das competências previstas para os professores manejar suas classes é considerar as diferenças individuais dos alunos e suas implicações pedagógicas como condição indispensável para a elaboração e para a implantação de propostas de ensino e de avaliação e aprendizagem, condizentes e responsivas à suas características. Por isso, é importante ressaltarmos a importância dos educadores participarem de curso de formação continuada para que possa ser concretizado o objetivo de incluir os alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular e, conseqüentemente, aceitos e integrados na sociedade, dentro das suas relações existentes.

2.2 A legislação

A educação inclusiva no contexto educacional é uma abordagem que procura responder às necessidades de aprendizagem dos alunos com NEE, onde, é um dever do Estado uma educação de qualidade e para todos, indistintamente.

Sob este prisma, compreende – se a necessidade de elaboração de políticas públicas para a afirmação da inclusão nos sistemas educacionais da rede regular e privada para a conscientização dos direitos do cidadão e valorização do ser humano.

*A concepção de **inclusão em educação** que adotamos se refere a efetivação de uma **educação para todos** e expressa, dentro de um contexto educacional amplo, a realização de um trabalho pedagógico consciente para alcançar metas e objetivos educacionais que maximizem a participação e minimizem as barreiras à aprendizagem experienciadas por todos os alunos independentemente de origem étnica, racial, socioeconômica e características pessoais aceitas ou não pelo grupo de convivência (SALGADO, 2006, p. 59).*

Desse modo, a educação inclusiva vem sendo amplamente respaldada por documentos legais que têm direcionado ao reconhecimento e valorização dos direitos humanos em todas as suas dimensões.

Dentre os documentos que consolidam a educação inclusiva utilizaremos os seguintes:

- Constituição Federal de 1988 - Educação Especial;
- Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN;
- Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - Educação Especial;
- Lei nº 10.098/94 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Resolução CNE/CP nº 02/01 – Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica;
- Declaração de Salamanca;
- Declaração Universal dos Direitos Humanos;

- DECRETO Nº 7.611 de 17 de novembro de 2011.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos representa um grande avanço na garantia legal do combate à discriminação, pois representa uma política pública de proteção aos grupos sociais menos favorecidos, restituindo-lhes os direitos básicos de sobrevivência com melhor qualidade de vida.

Em seu Artigo 1º, a Declaração reconhece que “todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. Implica que, independentemente das particularidades físicas ou de qualquer outra natureza, o direito à dignidade humana deve ser resguardado sem nenhum tipo de acepção de raça, cor, sexo, língua, religião, etc. Assim, uma vez que “todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei” conforme destaca o Artigo 7º.

Essa legislação busca garantir que crianças, jovens e adultos tenham um tratamento que se fundamente em princípios éticos e que respeitem as diferenças onde a participação social está intimamente relacionada ao exercício pleno de cidadania.

Entretanto, a inclusão não só trabalha com alunos que possuem alguma necessidade específica, e sim com crianças que apresentam alguma dificuldade de aprender. Esta percepção da educação para todos e não para alguns vem se estabelecendo um avanço importante na perspectiva inclusiva nos sistemas regulares de ensino.

No modelo organizacional que se construiu sob a influência do princípio da integração, os alunos deveriam adaptar – se às exigências da escola e, no da inclusão, a escola é que deve adaptar – se às necessidades dos alunos (CARVALHO, p. 68, 2004).

Nesse contexto, a integração refere – se à inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino, porém estes são quem precisam mudar adaptando – se às exigências impostas pela escola, tornando a inserção no sistema apenas parcial, já a inclusão é a inserção total, exigindo transformação da escola, portanto, exige mudanças em suas funções políticas, sociais

e pedagógicas, adequação do seu espaço físico e nas condições de trabalho de todos que nela atuam.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, recomenda que:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação para o trabalho, visando sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação dos órgãos oficiais afins...

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível de ensino regular.

A LDB nº 9394/96 é bem clara na questão de impor as diretrizes e pressupostos na adoção de medidas, cujo poder público tem esse comprometimento na política educacional brasileira. Diante deste marco normativo a qualidade da conquista nos princípios básicos da educação pública teve um sentido de proporcionar um dilatado debate no campo das reformas educacionais.

A Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em seu artigo 2º, determina que:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).”

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 3º, inciso IV, traz como objetivo fundamental “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, sexo, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. No artigo 203, inciso IV, estabelece “a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária”. Aponta, também, em seu art. 205, a educação como

um direito de todos, além de garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. E em seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” e o atendimento educacional para as pessoas com necessidades educacionais especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no art. 53, a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparado para o exercício da cidadania e qualificação, assegurando – lhes:

- I - Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- II – Direito de ser respeitado por seus educadores;
- III – Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV – Direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V – Acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

É importante destacar também seu art. 54, ao colocar que “é dever do estado assegurar à criança ao adolescente”:

- I – Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

No artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

É importante destacar a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p.19). Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais

de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial. (BRASIL, 2010, p. 12)

A Declaração de Salamanca (1994) elucida que “o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola”.

O Decreto 7.611 da educação especial decreta em seu artigo 1º “o dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes”:

- I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II - aprendizado ao longo de toda a vida;
- III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
- IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação.

Em seu artigo 2º estabelece que “a educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. O artigo 3º traz os objetivos do atendimento educacional especializado que são:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

A inclusão, neste contexto, ganhou força com várias leis dentre elas a Declaração de Salamanca, que se constitui em um importante documento sobre princípios, políticas e práticas relativos às necessidades especiais. Nesse sentido é importante analisarmos que outras leis dão a acessibilidade de participação social. Como promover o bem e uma educação para todos com direito a uma boa qualificação para o trabalho, como também garantir a criança com necessidade especial à vaga garantida em escola normal, envolvendo uma boa participação com outras crianças num processo de adaptação. No entanto, a inclusão escolar não é um processo rápido, automático, é um desafio a ser enfrentado devido a vários motivos, principalmente, a falta de professores habilitados e de estruturas físicas adequadas aos alunos com necessidades educacionais especiais.

2.3 Atendimento Educacional Especializado - AEE

A educação inclusiva é uma modalidade de ensino que trabalha com acompanhamento, esta não é realizada só com deficientes, mas com alunos que possuem necessidades educativas especiais, ou seja, busca – se uma educação de qualidade e para todos, além de todas as formas de assegurar e, principalmente garantir o acesso destes na escola, pois como afirma Costa (2010, p. 81):

“[...] Não é apenas colocar o aluno na escola regular, mas oportunizar o acesso e permanência do mesmo na escola. A esta cabe a tarefa de se adaptar ao aluno, conhecer como ele aprende para poder ensinar de forma produtiva e desafiadora”.

O atendimento educacional especializado fundamenta-se hoje em identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que possam eliminar as barreiras para a investigação das possibilidades do aluno, visando o desenvolvimento máximo de suas potencialidades. São oferecidas alternativas de atendimento educacional, conforme as especificidades do aluno.

Visando suprir as necessidades de acesso ao conhecimento e a participação dos alunos com deficiência e dos que são públicos alvo da educação inclusiva, surgiu o

atendimento educacional especializado, que, embora seja oferta obrigatória dos sistemas de ensino, cabe à família a decisão da participação ou não dos alunos ao atendimento.

O atendimento educacional especializado acontece nas salas de recursos multifuncionais, onde devem ser oferecidos aos alunos, recursos que possam atender às suas necessidades e especificidades.

Para que haja o desenvolvimento do atendimento educacional especializado, é necessário que o Estado disponibilize recursos para as escolas, para que desta forma os professores possam efetivar seu trabalho consolidando este atendimento de forma eficaz para os educandos, independente de suas necessidades educacionais, nesse sentido, torna – se necessário investimentos na área da inclusão, para que as escolas tenham condições de atender a todas as necessidades. Estas condições vão além da adequação do espaço físico, estruturas de salas de aulas com recursos educacionais, professores capacitados e comprometidos com o processo de inclusão, e ainda, aceitação por parte da comunidade escolar para que haja relações interpessoais.

No que se refere à formação dos professores, Salgado (2006) aponta que existe “a necessidade de se valorizar e formar professores ativos, criativos e verdadeiramente comprometidos com o processo de inclusão em educação, que encarem o trabalho docente como um desafio permanente e como lugar de construção de sentidos, valores, subjetividades e, sobretudo, que trabalhem com otimismo e persistência”.

O professor de atendimento educacional especializado deve ter formação específica para atuar na área, independente da deficiência que vai encontrar na sala de recursos, o mesmo tem que estar preparado para lidar com estes alunos, tendo em vista sua formação inicial ou continuada na área. Assim, uma das atribuições do professor de AEE é a confecção de materiais didáticos e pedagógicos para atender as especificidades dos educandos com NEE.

O método de avaliação pedagógica trabalhado no ensino especial deve considerar o conhecimento prévio do aluno e também o nível atual do seu desenvolvimento, adequando uma ação pedagógica processual e formativa que analise o desempenho do aluno em relação ao seu avanço individual. Com isso, é importante salientar que o professor para atuar na educação especial, deve ter como base a

formação inicial e continuada, e de modo geral seus conhecimentos para sua prática na docência e conhecimentos específicos na área. Essa formação torna possível a atuação no atendimento educacional especializado, com intuito de um caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos.

Todo plano de formação deve servir para que os professores se tornem aptos ao ensino de toda a demanda escolar. Dessa forma, seu conhecimento deve ultrapassar a aceitação de que a classe comum e, para todos os alunos com necessidades educacionais especiais, um mero espaço de socialização (PRIETO, 2006, p. 60).

Cabe aos sistemas de ensino, disponibilizar auxílio aos alunos com necessidades especiais no que se refere ao apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

Portanto, devem-se organizar os sistemas de ensino para melhor acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que de certa forma beneficiem promoção do aprendizado e a valorização das diferenças, de maneira que atenda as necessidades educacionais para os alunos.

2.4 A importância da família no processo educacional do aluno com deficiência visual

A família é a primeira instância social da qual a criança faz parte, ela é o ponto de apoio do ser humano. Dessa forma, quanto melhor a parceria entre família e escola, mais expressivos serão os resultados na formação do sujeito.

Dentre os vários fatores que interferem no desenvolvimento do aluno com necessidade um dos mais relevantes é o apoio da família, pois, este é fator primordial no processo de inclusão dos alunos, pois, os pais é quem tem o dever de matricular e acompanhar o desenvolvimento escolar do aluno e, quando o aluno não frequenta a escola e muitas vezes ficam excluídos da sociedade.

Dessa forma, é de fundamental relevância a participação da família no processo de inclusão para que a adaptação e participação dos alunos com NEE se efetive no âmbito escolar.

A família e a escola têm grande influência sobre essa sociedade. O tipo de sociedade que teremos depende da educação oferecida às crianças hoje.

Dessa forma, é indispensável ressaltar sobre a necessidade de construção da relação família/escola, pois este é um fator de grande relevância no processo educativo do sujeito. Assim, a necessidade dessa relação deve ser para planejar, estabelecer compromissos e acordos mínimos para que o educando/filho tenha uma educação com qualidade tanto em casa quanto na escola.

3. OBJETIVO GERAL:

Analisar o que os pais e professores pensam sobre suas atuações no processo de inclusão de um aluno com deficiência visual na escola.

3.1 OBJETIVOS EPECÍFICOS:

Compreender a concepção do professor de AEE sobre a sua atuação e da família no processo de inclusão do aluno com deficiência visual na escola.

Conhecer as concepções da família de um aluno com deficiência visual sobre o trabalho do professor de AEE no processo de inclusão de seu filho, e a sua atuação como família.

4. METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa qualitativa foi utilizada para o desenvolvimento desse trabalho foi Ludke e André (1986, p.11), “supõem que o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada” é primordial para a coleta de dados no âmbito da pesquisa qualitativa. Dentre inúmeras características desse tipo de abordagem metodológica, a pesquisa qualitativa se dedica à

compreensão dos significados dos eventos, com base no que os autores consideram construção das informações, dando ênfase às relações intersubjetivas e aos espaços construídos a partir das ações dos sujeitos envolvidos.

A etnografia é uma das formas de pesquisa qualitativa, amplamente divulgada na área de Educação. Nessa mesma perspectiva, Godoy (1995, p. 29), afirma que “a prática da etnografia na pesquisa qualitativa requer que sejam conjugados níveis de análise dos dados de campo, tanto os simples e informais, como outros que podem mesmo incluir uma sofisticação estatística”.

Para o sucesso de uma pesquisa qualitativa é necessário que o pesquisador mantenha um contato direto com o alvo em questão. Concordamos com Ludke e André (1986, p. 12) quando nos dizem que “[...] as circunstâncias particulares em que um determinado objeto se insere são essenciais para que se possa entendê-lo. Da mesma maneira as pessoas, os gestos, as palavras estudadas devem ser sempre referenciadas ao contexto onde aparecem.”.

Entendemos ser necessário que os fenômenos ocorram o mais naturalmente possível, através de um contato estreito com o pesquisador. Sendo assim, utilizamos a entrevista e observação como técnica de coleta de dados.

A entrevista semiestruturada foi realizada com um (1) professor de atendimento educacional especializado de uma (1) escola da rede estadual e o com o pai de um aluno atendido na sala de AEE.

A entrevista, na visão de Lakatos (2006) é

[...] uma conversa oral entre duas pessoas, das quais uma delas é o entrevistador e a outra o entrevistado. O papel de ambos pode variar de acordo com o tipo de entrevista. Todas elas têm um objetivo, ou seja, obtenção de informações importantes e de compreender as expectativas e experiências das pessoas entrevistadas (p. 278).

Foi realizada uma observação, na sala de AEE com o intuito de conhecer as práticas adotadas pelo professor de atendimento para incluir o aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular e, principalmente, se tais práticas condizem com a proposta curricular adotada por esse docente. Sobre isso Lakatos (2006) afirma:

O pesquisador entra em contato com a comunidade grupo ou realidade estudada sem integrar-se a ela. Apenas participa do fato, sem participação efetiva ou envolvimento. Age como espectador. Porém, o procedimento terá caráter sistemático (p.276).

4.1 CONTEXTO DA PESQUISA

A escola Padre Damião está situada à Rua do Remanso, n.º 1116, Bairro do Remanso, fundada e inaugurada em 1974, recebeu este nome em homenagem a um corajoso jovem missionário da longínqua Bélgica que por vontade própria doou sua vida aos leprosos da ilha de Malokai. Como a escola nasceu principalmente para atender as famílias dos doentes hansenianos que moravam ao lado do hospital, seu nome foi inspirado no ideal de vida deste jovem.

A escola possui um espaço amplo com 10 salas de aula, 01 sala de recursos, uma (01) quadra de esportes, biblioteca. Atualmente, atende a dez (10) turmas de 1.º ao 5.º ano no turno matutino, uma (01) turma do Programa É Tempo de Aprender, e oito (08) turmas de 6.º ao 9.º no turno vespertino, totalizando quinhentos e vinte e dois (522) alunos.

4.2 DIARIO DE CAMPO

No dia 21 de setembro de 2015, realizamos uma observação na escola estadual Padre Damião, com intuito de conhecer a rotina da escola, com ênfase no atendimento educacional especializado AEE. A atividade teve início às 07:00 horas com a recepção dos alunos no pátio da escola para o momento de oração, logo, os alunos seguiram para as suas respectivas salas. Neste momento seguimos para a sala de AEE onde pudemos conhecer o aluno Pedro, de 15 anos, estudante do 9º ano “C”, que atualmente frequenta a sala de AEE no contra turno.

Na observação pode – se perceber o interesse do aluno Pedro ao realizar a atividade proposta pela professora, na ocasião a mesma propôs que ele escrevesse através da máquina de escrever em Braille, palavras com sílabas complexas, o aluno escreveu algumas palavras demonstrando bastante habilidade para a realização da atividade proposta. Posteriormente, a professora realizou uma atividade em duplas, onde os alunos jogaram “Dama”, o aluno Pedro possui bastante facilidade para identificar as peças e demonstrou gostar do jogo. Tive a oportunidade de interagir com

aluno Pedro ao jogar com ele o “Jogo do Mico”, como não conhecia as regras do jogo, o próprio aluno fez questão de explicar.

Para realizar o presente estudo fiz uma visita ao Núcleo de Apoio Pedagógico à Inclusão - NAPI, onde me passaram informações sobre a relação das escolas que atendem alunos com deficiência visual e escolhi realizar a pesquisa nesta instituição de forma aleatória.

A escolha dos sujeitos da pesquisa se deve ao interesse próprio de conhecer mais a fundo realidade de uma pessoa com deficiência visual, conhecendo os desafios do professor de AEE e da família para o desenvolvimento do aluno com tal deficiência.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Seguindo os passos em busca da compreensão da concepção de professores sobre inclusão educacional do aluno com deficiência visual

Serão aqui apresentados os resultados da pesquisa de campo com a discussão concomitante.

Este trabalho teve dois eixos principais: a concepção do professor de AEE sobre a sua atuação e da família no processo de inclusão do aluno com deficiência visual na Escola Padre Damião; a concepção da família do aluno sobre a atuação do professor de AEE e deles próprios no processo de inclusão de seu filho. Ou seja, procuramos conhecer qual a sua concepção sobre o seu próprio trabalho - do professor de AEE - e o trabalho da família no processo de inclusão de aluno com deficiência visual. Em contrapartida, conhecer as concepções da família de um aluno com deficiência visual sobre o trabalho do professor de AEE no processo de inclusão de seu filho, e a sua atuação como família.

Primeiramente uma entrevista semiestruturada foi realizada com um (1) docente de uma (1) escola da rede estadual. Na entrevista as questões foram voltadas para o seu trabalho e para a família de um de seus alunos com deficiência visual.

O professor foi entrevistado na própria escola utilizando-se um roteiro semiestruturado de entrevista, contendo 05 questões para coleta do relato verbal do professor. A entrevista foi gravada e posteriormente transcrita.

O pai de um dos alunos foi igualmente entrevistado. A entrevista com o pai do aluno foi realizada com o intuito de conhecermos o que os pais pensam sobre suas atuações e a atuação do professor de AEE no processo de inclusão do aluno com deficiência visual.

5.2 Diálogo entre a família e a escola

A seguir apresentaremos os resultados e a discussão dos dados construídos durante as entrevistas.

Os entrevistados serão identificados nesse trabalho por nomes fictícios. A professora será identificada por Helena, o pai Fernando e o aluno com deficiência visual Pedro.

Entrevista com a professora de Atendimento Educacional Especializado - AEE -

Helena

Ao solicitar que a professora **Helena** falasse um pouco sobre o que pensa da família no processo de inclusão, responde que:

“A família, eu acredito que ela seja a base, né, para que o aluno consiga alcançar seus objetivos, para que tenha sucesso, né, na sua vida cotidiana. E que ele consiga progredir, tanto na vida escolar como na vida social”. (Helena)

A partir do relato da professora fica evidente que à família é atribuída bastante relevância para o processo de inclusão do aluno com deficiência. Ela acredita que o incentivo por parte da família é imprescindível para o sucesso, tanto na vida escolar quanto na vida social. Sobre este assunto, as autoras Hollerweger e Santa Catarina, destacam que:

A autoconfiança leva a criança a acreditar em suas capacidades. Para que esta

competência seja desenvolvida, é fundamental que a família acompanhe e valorize o seu sucesso e a encoraje nos momentos difíceis, para que os insucessos tornem-se oportunidades de crescimento. Desta forma, a criança estará aceitando-se a si própria, com suas virtudes e limitações, alimentando a sua autoestima. (2014, p. 9).

Quando pedimos para que a professora especificasse as formas de contribuição da família, ela nos disse: *“O pai, ele é de suma importância, né? Porque é lá, na base, na família que eles vão tá incentivando, é eles que devem tá encorajando os filhos, né, pra que ele enfrente todos os obstáculos que eles podem ter na sua vida”*. (Helena)

A professora ratifica o que mencionou no trecho relatado anteriormente, uma vez que enfatiza que o incentivo e o apoio devem partir da família para que os filhos enfrentem todos os desafios que surgirem, tendo em vista que, a convivência social é um desafio grandioso e um dos pontos principais para a inclusão. É interessante notar que a professora, ao responder as questões, o faz de forma genérica, não reduzindo suas respostas ao caso específico do aluno em questão.

A professora Helena ao ser questionada sobre como o pai colabora com a escola, diz que: *“eles não são tão frequentes na sala de aula como poderia ser, na escola, mas aí quando a gente precisa né quando tem entrega de notas, reuniões eles sempre tão presentes, então isso aí a gente não tem problema nenhum nessa comunicação né porque sempre que são chamados eles tão na escola”*. (Helena)

Em relação à colaboração e participação da família na escola, é possível afirmar que, mesmo não sendo com muita frequência, existe apoio e colaboração quando necessário, facilitando o trabalho da professora. Concordamos com as autoras, quando discutem que:

a escola, depois da família, é o espaço primeiro e fundamental para o processo de socialização da criança. A inclusão das crianças e jovens portadores de deficiência na escola regular, com o apoio de atendimento educacional especializado, quando necessário, faz parte da atual política educacional brasileira. Contudo, todo o trabalho realizado pela escola terá maior êxito, se acompanhado diretamente pelos membros da família dos deficientes. Esse trabalho de acompanhamento dá, primeiramente, segurança à criança e permite a ela desenvolver as suas habilidades de forma mais tranquila. (Hollerweger, Santa Catarina, p. 10, 2014).

As autoras entendem que a família desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência, pois o trabalho que é realizado na escola, terá maior relevância na vida do aluno com NEE quando for acompanhado pela família, tendo em vista que o aluno encontra um espaço de expressividade oportunizado por essa relação cooperativa entre ambas as instituições, família e escola, Acreditamos que isso possa gerar mais tranquilidade e segurança no desenvolvimento de suas aptidões.

Na entrevista indagamos também a professora Helena sobre a comunicação que ela tem com os pais:

Pesquisadora: Vocês se comunicam? Com que frequência e sobre o quê?

Professora Helena *“[...] quando tem reunião, eles veem a gente conversar e vê como tá o andamento das atividades, se eles tão indo bem e isso aí a gente não chama eles só pra falar mal do aluno, porque realmente os pais vem na escola já pensando que a professora, a diretora vai falar mal do aluno, mas não é, a gente chama pra ver que o aluno está indo bem né, também é... como eu falei né, não é só pra falar mal, é também pra dizer que eles tão ótimos nas atividades”.*

Entrevista com a família (pai) do aluno com deficiência visual

Quando perguntamos a Fernando, o pai de Pedro, sobre o que pensa em relação ao trabalho da professora da sala de recursos, ele nos diz:

“[...] é muito importante pro meu filho porque ele não enxerga nada, e sem esse trabalho como que ele vai lê né, a gente frequenta uma Igreja e ele é louco pra ler a bíblia e não consegue, aí agora mandaram pegar uma bíblia em Braille, pra ele e ele vai conseguir ler a bíblia e estudar a palavra de Deus, então é muito importante esse trabalho. (Fernando)

Percebemos que o pai compreende a importância do trabalho desenvolvido pela professora de AEE, deixando claro como esse trabalho tem refletido de forma positiva no cotidiano de Pedro, permitindo assim, que ele consiga desenvolver atividades que sem o auxílio da escola não seria possível.

A presença e acompanhamento da família, na vida de qualquer criança, é muito importante para o seu desenvolvimento pleno. Seu papel é o de oferecer-lhe um

lugar onde possam desenvolver-se com segurança e aprender a se relacionar em sociedade. (HOLLERWEGER, SANTA CATARINA, p. 6, 2014).

Perguntamos como pensa que ele contribui para a inclusão de seu (a) filho (a), respondeu: *“Eu acho que tá bom do jeito que eles trabalham porque, pelo que eu vejo, ele já lê. Não lê muito bem em Braille, mas tá bem avançado, já começou a ler já, e as pessoas já até admiram o que ele lê, acho importante esse trabalho”*. (Fernando)

Em relação ao trabalho desenvolvido na sala de recursos, fica evidente que o pai acredita ser fundamental para o seu filho, e bem feito, uma vez que, ao ser atendido pela professora de AEE, Pedro tem a possibilidade de aprender a ler em Braille.

Na opinião de vocês, pais, o que mais a professora da sala de recursos pode fazer no sentido de contribuir para a inclusão de alunos com deficiência visual, a pesquisadora continuou.

“Eu acho que é ela poderia fazer mais... que ela já faz bastante era tipo assim... orientar ele pra ele se esforçar mais, para cada vez se especializar mais para ler bem, né, porque muitos não ler muito bem ainda, mas que... só nisso pra ele ler bem pra no dia a dia dele não precisar tá perguntando muita coisa às pessoas porque muitas pessoas não gostam de explicar né”. (Fernando)

O pai ao ser questionado sobre a frequência com que eles se comunicam com a professora da sala de recursos responde que *“a frequência que eu converso com ela é, não é muitas vezes, porque eu viajo muito né, e o que me leva a procurar ela é sempre que tem curso, e elas leva ele e eu fico muito preocupado, aí eu procuro saber como ele tá, o que que ele tá aproveitando, o aproveitamento dele né se tá bem e é isso”*. (Fernando)

Percebemos que a família tem conhecimento da importância da relação família/escola para um melhor desenvolvimento do aluno com deficiência visual, o que vem a ser um fator positivo para o desempenho do mesmo, na medida em que o sucesso de um aluno depende da união da família e escola. Recorremos a Marques (2001) quando afirma, que a escola pode ultrapassar os obstáculos à colaboração se começar a encarar os pais como parceiros que são os primeiros responsáveis pela educação dos filhos. Quando os pais colaboram com a escola, os professores se beneficiam, porque essa colaboração tem um impacto positivo na aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, é possível afirmar que, o trabalho conjunto entre a escola e a família possibilita ao aluno com deficiência visual ter maior autonomia na vida escolar e

social, pois, a família precisa apoiar e incentivar, já à escola cabe a tarefa de oferecer suporte para manter o aluno na escola, matriculado e efetivamente participante, bem como ter professores capacitados para atender os alunos com deficiência.

A educação inclusiva não se refere só aos alunos que possuem algum tipo de deficiência, mas sim a todos aqueles que possuem algum tipo de dificuldade de aprender. Com isso, o processo de inclusão requer professores capacitados, que desenvolvam um trabalho significativo que vá além de inserir o mesmo. A educação inclusiva é um processo tão amplo que implica em mudanças, tanto na escola como no sistema educacional, é importante que as pessoas tenham uma visão bem diferente, e a consciência de respeitar as diferenças. Sobre isso, Costa nos acrescenta que:

a proposta da educação inclusiva vem responder à demanda da sociedade por uma educação ampla na qual cada um, professor, aluno, pais, gestores e demais funcionários sejam responsáveis pela aprendizagem de todos os alunos. Essa responsabilidade [...] implica antes, na mudança de atitude (COSTA, 2010, p. 82 – 83).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de responder aos questionamentos anteriormente proposto pela pesquisadora, esse estudo apresenta dados que nos levaram a refletir sobre o que os pais e professores pensam sobre suas atuações no processo de inclusão de um aluno com deficiência visual em uma escola da rede estadual do município de Cruzeiro do Sul. Para melhor compreender essa temática e ampliar as discussões em relação à educação inclusiva de alunos com deficiência visual, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo. Dessa forma, a partir dos dados coletados e embasado em autores renomados, acreditamos que existe um consenso por parte da família e da escola em relação à importância do processo de inclusão de alunos com deficiência, embora, ressaltando que ainda nossos dados são insuficientes para afirmar que existe uma inclusão efetiva. Há um longo caminho a ser percorrido para que de fato existam

condições de ultrapassar as barreiras que impeçam a efetiva participação do aluno no processo de ensino aprendizagem e, conseqüentemente sua inclusão na escola e no contexto social.

No que diz respeito à relação família e escola, percebemos que ambos apresentam disponibilidade para lidar com os limites e potencialidades do desenvolvimento de Pedro, o que se configura como fator positivo com relação à inclusão do aluno. Acreditamos que, uma vez tendo participado da pesquisa, possam ter mais incentivo para levar em frente um trabalho de parceria mais declaradamente.

Compreendemos que a relação família – escola é de fundamental importância em todos os contextos, tendo em vista que somente haverá de fato educação quando houver participação de todos. Portanto, No contexto onde essa pesquisa se insere, essa relação se torna imprescindível para o progresso do aluno. Nesse sentido, pensamos que deveria haver uma maior participação dos pais na escola e que a escola deveria criar mais ações e condições para o envolvimento da família com o processo de inclusão de seus filhos.

Dessa forma a partir do exposto, podemos dizer que a educação inclusiva, apesar dos avanços não deve ser vista como uma responsabilidade apenas da escola, mas da família, pois, a precariedade dessa relação irá refletir no desenvolvimento do aluno de forma tal que o processo de aprendizagem poderá ser comprometido.

Enfim, esperamos que outras pesquisas sejam realizadas com intuito de trazer novas discussões em torno da relação família e escola o processo de inclusão do aluno com deficiência visual, para que assim a inclusão se efetive no meio escolar.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Especial, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** / Secretaria de Educação Especial. - Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010. 72 p.

CARVALHO, Rosita Edler. Concepções, princípios e diretrizes de um sistema educacional. In: **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: alguns aspectos para reflexão. In: **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

Constituição Federativa de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25/11/2012 às 21:16 hs.

COSTA, Ademácia. **Representação Social de Educação Inclusiva por Professores de Cruzeiro do Sul/Acre**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN: Natal, 2009, 229 f.

COSTA, Ademácia Lopes de Oliveira. **Educação Inclusiva: uma reflexão sobre representação social e formação docente**. São Paulo, SP: Editora Sucesso, 2010.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em 22/05/2012 às 15:58 hs.

Declaração de Salamanca, Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área de Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 19 de abril de 2012 às 12:58.

Decreto 7.611, de 17 de Novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em 07/04/2013 às 15:55 hs.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25/11/2012 às 21:11 hs.

Lei 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22/05/2013 às 15:53 hs.

Lei 10.098/94 de 23 de Março de 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10098.pdf>. Acesso em 22/05/2013 às 16:00 hs.

LUDKE E ANDRÉ Pesquisa em educação: abordagens qualitativas / Menga Ludke. Marli E. D. A. André – [Reimp.] – São Paulo E.P.U. 2012.

MARQUES, Ramiro, (2001), *Educar com os Pais*. Lisboa: Editora Presença.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Atendimento Escolar de Alunos com Necessidades Especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: MANTOAN, Maria Teresa; PRIETO, Rosângela; AMORIM, Valéria (Orgs.). **Inclusão Escolar**. 3 ed. São Paulo: Summus, 2006.

SALGADO, Simone da Silva. Inclusão e Processos de Formação. In: SANTOS, Mônica Pereira; PAULINO, Marcos Moreira (Orgs.). **Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2006.

http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/9_1.pdf Acesso em 31/10/2015 as 18:51.

8. ANEXOS

ENTREVISTA COM A PROFESSORA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE

Pesquisadora: Professora, estamos realizando uma pesquisa sobre a inclusão de crianças com deficiência visual e gostaria que a senhora falasse um pouco sobre o que pensa da família nesse processo.

Prof^a A família, eu acredito que ela seja a base né para que o aluno consiga alcançar seus objetivos para que tenha sucesso né na sua vida cotidiana e que ele consiga progredir tanto na vida escolar como na vida social.

A) Pesquisadora: Como pensa que eles contribuem para a inclusão de seu(a) filho(a) com Deficiência Visual?

Profª O pai, ele é de suma importância, né,? Porque é lá, na base, na família que eles vão tá incentivando, é eles que devem tá encorajando os filhos né pra que ele enfrente todos os obstáculos que eles podem ter na sua vida.

B) Pesquisadora: Em sua opinião, de que forma eles devem ser responsáveis pela inclusão?

Profª É como eu falei... É lá na, né... em casa, no âmbito da sua família que acontece a inclusão porque se os pais, a família, né, não dá apoio pra inclusão, não saber os direitos o dever da criança ai fica difícil porque é lá que eles devem procurar os direitos e deveres da criança.

C) Pesquisadora: Eles colaboram com a escola? Como?

Profª Eles não são tão frequentes na sala de aula como poderia ser, na escola mas aí quando a gente precisa né quando tem entrega de notas, reuniões eles sempre tão presentes, então isso aí a gente não tem problema nenhum nessa comunicação né porque sempre que são chamados eles tão na escola.

D) Pesquisadora: Vocês se comunicam? Com que frequência e sobre o quê?

Profª Pois é... acabei de responder essa questão também, por causa que a gente se comunica nessa parte aí, quando o aluno tá realmente faltando, a gente chama, quando tem reunião, eles vem a gente conversa e vê como tá o andamento das atividades, se eles tão indo bem e isso ai a gente não chama eles só pra falar mal do aluno, porque realmente os pais vem na escola já pensando que a professora, a diretora vai falar mal do aluno, mas não é, a gente chama pra ver que o aluno está indo bem né, também é... como eu falei né, não é só pra falar mal, é também pra dizer que eles tão ótimos nas atividades.

Pesquisadora: SENHORA (...) e senhor (...), o que vocês pensam sobre o trabalho da professora da sala de recursos?

Pai: Penso que é muito importante pro meu filho porque ele não enxerga nada, e sem esse trabalho como que ele vai lê né, a gente frequenta uma Igreja e ele é louco pra ler a bíblia e não consegue, aí agora mandaram pegar uma bíblia em Braille, pra ele e ele vai conseguir ler a bíblia e estudar a palavra de Deus, então é muito importante esse trabalho.

Pesquisadora: Como pensam que ele contribui para a inclusão de seu(a) filho(a)?

Pai: Eu acho que tá bom do jeito que eles trabalham porque pelo que eu vejo ele já ler, não lê muito bem em Braille, mas tá bem avançado, já começou a ler já, e as pessoas já até admiram o que ele lê, acho importante esse trabalho.

Pesquisadora: Na opinião de vocês, o que mais a professora da sala de recursos pode fazer no sentido de contribuir para a inclusão de alunos com deficiência visual?

Pai: Eu acho que é ela poderia fazer mais... que ela já faz bastante era tipo assim... orientar ele pra ele se esforçar mais, para cada vez se especializar mais para ler bem, né, porque muitos não ler muito bem ainda, mas que... só nisso pra ele ler bem pra no dia a dia dele não precisar tá perguntando muita coisa às pessoas porque muitas pessoas não gostam de explicar né.

Pesquisadora: E quanto a vocês, com que frequência se comunicam com a professora da sala de recursos?

Pai: A frequência que eu converso com ela é, não é muitas vezes, porque eu viajo muito né, e o que me leva a procurar ela é sempre que tem curso, e elas leva ele e eu fico muito preocupado aí eu procuro saber como ele tá, o que que ele tá aproveitando, o aproveitamento dele né se tá bem e é isso.